

POLÍTICAS E GESTÃO EDUCACIONAL NA AMÉRICA LATINA

POLÍTICAS Y GESTIÓN EDUCACIONAL EM AMÉRICA LATINA

EDUCATIONAL POLICIES AND MANAGEMENT IN LATIN AMERICA

Kelcia Rezende SOUZA¹
Elisangela Alves da Silva SCAFF²
Maria Teresa Miceli KERBAUY³

A proposta do Dossiê intitulado **“Políticas e gestão educacional na América Latina”** representa um esforço coletivo de pesquisadores nacionais e internacionais para contribuir sob diferentes enfoques teórico-metodológicos com a interpretação dos fenômenos circunscritos às políticas públicas e à gestão educacional de diversos países do continente.

É imperativo situarmos o cenário regional no contexto das transformações políticas, sociais e econômicas vivenciadas pelos países da América Latina nos últimos anos, as quais têm repercutido, diretamente, na definição de novas agendas para as políticas públicas educacionais e de perspectivas para a gestão das instituições de ensino. Essas mudanças, segundo Scaff, Souza e Paxe (2018), passam a ser pautadas pela lógica da privatização da oferta da educação via financiamento público, conjuntamente com uma maior centralização regulatória do Estado a serviço do mercado, e pela inviabilização de espaços democráticos de participação e decisão.

Além disso, compreender as similitudes e as múltiplas diferenças presentes na realidade educacional da América Latina se constitui uma iniciativa cada vez mais necessária no tocante ao avanço da socialização de conhecimentos e da criação de espaços para reflexões contínuas entre instituições e pesquisadores, visando o fortalecimento da perspectiva da integração regional.

¹ Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, MS – Brasil. Professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados e do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8663-4615>. E-mail: kellcia@hotmail.com

² Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, PR – Brasil. Professora Associada da Universidade Federal do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7682-0879>. E-mail: elisscaff@gmail.com

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara, SP – Brasil: Professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Campus Araraquara e dos Programas de Pós-Graduação em Educação Escolar e Ciências Sociais. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0622-1512>. E-mail: teresa.kerbauy@gmail.com

Os textos apresentados expressam o contexto das políticas e da gestão educacional em países, como Brasil, Argentina, Chile, México, Uruguai, Venezuela e Paraguai, tendo em vista a necessidade cada vez mais crescente do intercâmbio de problematizações em torno dos diferentes desafios educacionais da América Latina.

Nessa perspectiva, este dossiê busca fortalecer o campo de produção de conhecimento no âmbito da internacionalização de políticas e gestão educacional no continente, o que permite assumir o debate com outras interpretações sobre os fenômenos da área a partir das particularidades das realidades dos países latino-americanos. Esse pressuposto é um imperativo cada vez mais necessário, não só para o avanço científico, mas, sobretudo, para a configuração de um quadro de política e gestão educacional a partir da cooperação internacional de maior envergadura no tocante aos avanços quanto à garantia e à efetivação de uma educação pública de qualidade.

Trata-se de um conjunto de pesquisas que abordam a política e a gestão educacional no âmbito da educação básica, ensino superior, educação especial e educação profissional e tecnológica, buscando contemplar temáticas candentes neste momento histórico que vive a América Latina, como a privatização da educação, a formação de professores em regiões de fronteira, a influência das agências internacionais nas reformas educacionais empreendidas nos países, o financiamento destinado à educação, à avaliação em larga escala, a organização dos sistemas de ensino, a qualidade da educação, entre outros.

O dossiê **“Políticas e gestão educacional na América Latina”** apresentado pela Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (RIAEE) contempla 16 artigos. As pesquisas passaram por uma avaliação das organizadoras e foram selecionados considerando os critérios estabelecidos pelo periódico e a relevância de atender a proposta do dossiê. Sendo assim, as produções deste trabalho oferecem aos leitores/as um panorama científico atual de temáticas, desafios e caminhos do campo da política e gestão educacional na América Latina.

Os/as autoras são pesquisadores/as vinculados/as a instituições de ensino superior internacionais: Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF/Argentina); Universidad Nacional de Lanús – (UNLa/Argentina); Universidad Alberto Hurtado (UAH/Chile); Universidade do Chile – (UChile/Chile); e nacionais, das cinco regiões do Brasil: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/MS); Universidade Federal do Amazonas (UFAM/AM); Universidade Federal da Bahia (UFBA/BA); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/RN); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/MS); Universidade Federal do Paraná (UFPR/PR); Universidade Federal do Espírito Santo

(UFES/ES); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/RS); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/SC); Universidade de Brasília (UNB/DF); Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/MS); Universidade de Sorocaba (UNISO/SP); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO/RO); Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC/SC); Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/MS) Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR); e Universidade Estadual Paulista (UNESP/SP).

O trabalho que abre o dossiê é intitulado **“O modelo de classe mundial e as universidades latino-americanas e caribenhas: tendências que se anunciam?”**, de autoria de Lara Carlette Thiengo; Maria de Lourdes Pinto de Almeida e Lucídio Bianchetti. A pesquisa aborda as diretrizes voltadas para o ensino superior difundidas pelo Banco Mundial, que têm como objetivo acentuar o ranqueamento acadêmico entre as universidades no contexto internacional. Esse cenário fez emergir questões problematizadoras, como: as universidades que se situam em contextos excluídos do eixo dinâmico do capital se posicionam na corrida pelo status de excelência? Que estratégias utilizam para buscar melhores colocações nos *rankings* internacionais? O que isso indica em termos de tendências para a educação superior na região? A partir de análise de fontes documentais, o estudo em curso aponta para o modelo/concepção de Universidade de Classe Mundial (UCM) que pauta as perspectivas das universidades latino-americanas e caribenhas em um formato “padronizado”, que tende a desconsiderar as assimetrias existentes nos contextos dessas regiões.

A pesquisa **“Universidade flexível: nova tendência para as universidades federais brasileiras”** de Alda Maria Duarte Araújo Castro e Raphael Lacerda de Alencar Pereira aborda a flexibilização das instituições públicas federais de ensino superior no Brasil, a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Os resultados apontam que se de um lado as reformas implementadas nas instituições universitárias públicas federais permitiram crescimento institucional expressivo, do outro, introduziram uma dinâmica de gestão pautada em resultados a partir da lógica da administração gerencial. O desdobramento desse quadro reflete na influência cada vez maior de estratégias do âmbito privado nos serviços públicos.

O artigo **“As influências do sistema de acreditação de cursos universitários do Mercosul no marco normativo brasileiro”** de Giselle Cristina Martins Real, Ana Lúcia Marran e Marianne Pereira de Souza discute se as normativas brasileiras exercem ou recebem influências do sistema de acreditação de processos de revalidação de títulos estrangeiros do

Mercosul. Mediante análise documental, as autoras sinalizam que a regulamentação sistematizada no contexto regional pelo bloco tem induzido a política brasileira de avaliação de cursos (acreditação) e não o contrário, mesmo o Brasil, historicamente, sendo um país com mais hegemonia política no Mercosul. A pesquisa também aponta que essa influência é direcionada pelos interesses comerciais entre os países do bloco, quando se observa que o crescente número de processos de revalidação que ocorrem no Brasil é oriundo dos/as próprios/as brasileiros/as que estão optando pelas instituições, sobretudo privadas, dos países que compõem o Mercosul.

“A organização dos sistemas de ensino nos países do Mercosul” é a investigação realizada pelas autoras Kellcia Rezende Souza e Maria Teresa Miceli Kerbauy. O artigo busca analisar a normatização da organização dos sistemas de ensino nos países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e sua relação com o direito à educação. A partir da metodologia do estudo comparado e de análise documental os resultados mensurados apontam que o Brasil dispõe de um arcabouço constitucional mais amplo sobre a organização educacional. Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela demandam da legislação infraconstitucional para regulamentar a estruturação da educação. Porém, mesmo com a proteção jurídica mais sólida na sua Carta Magna, o Brasil carece de um marco legal que normatize seu Sistema Nacional de Educação, diferentemente dos demais países do Mercosul, que instituíram essa estruturação em suas respectivas legislações educacionais.

A pesquisa **“Relações federativas no financiamento da educação no Brasil e na Argentina”** dos autores Diego Dartagnan da Silva Tormes e Nalú Farenzena discute a relação do federalismo, como forma de organização político-administrativa do Estado, com o financiamento da educação básica na Argentina e no Brasil. Os dados decorrentes de análise documental apontam para a descentralização do financiamento que articula todos os entes federados nos dois países. No caso da Argentina é via coparticipação federal de impostos, já no Brasil é pela política de fundos. Observa-se, também, que o financiamento educacional em ambos os casos, conta com importante papel do governo nacional, distribuindo recursos ou atuando de forma complementar.

O trabalho **“Configurações na fronteira entre Brasil/Paraguai e a organização do Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF)”** de Mara Lucinéia Marques Correa Bueno é abordada a análise do PEIF como uma política supranacional no que concerne à formação de professores/as da educação básica para atuarem em região de fronteira entre os países do Mercosul. No estudo optou-se pelo recorte sobre a realidade entre Brasil e Paraguai

situada na região sul do Mato Grosso do Sul. Buscando compreender se o PEIF apresentou contribuição significativa para a realidade educacional na fronteira do Brasil com o Paraguai, a autora constata que trata-se de uma política pública de formação continuada de professores/as que está vinculada à perspectiva de integração regional entre os países que compõem o Mercosul. Contudo, quando se analisa a sua efetivação, é possível evidenciar diversos desafios que inviabilizam o propósito do bloco e a ausência de impactos significativos para a realidade fronteiriça da região investigada.

A investigação intitulada **“Proposições da OCDE para América Latina: o PISA como instrumento de padronização da educação”** de autoria de Rodrigo da Silva Pereira apresenta a análise das proposições educacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para a região latino-americana a partir dos resultados da avaliação externa do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). Os dados revelam que o Organismo Internacional pressiona os países a adotarem uma concepção de política educacional voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades, que são induzidas pelas demandas do mercado de trabalho no contexto da globalização. Nesse sentido, o autor aponta as contradições existentes nas diretrizes da OCDE, que rotulam uma defesa da educação pública, mas, na essência, tem como proposição a padronização dos sistemas, o que está na contramão das finalidades públicas e sociais da educação.

As autoras Eliza Bartolozzi Ferreira, Marília Fonseca e Elisangela Alves da Silva Scaff apresentam o trabalho denominado **“A interferência do Banco Mundial no ensino secundário brasileiro: experiências históricas e desafios atuais”**, cujo objetivo consiste na análise sobre as interferências no ensino médio em relação às parcerias estabelecidas entre os governos brasileiros com o Banco Mundial. O caráter analítico do texto se estrutura pela apreciação dos documentos do período das contrarreformas do ensino médio realizadas pelo governo Cardoso (1995-2002) e pelo governo atual. Os resultados da pesquisa em curso apontam dois cenários presentes nos momentos históricos investigados. Se no período FHC as parcerias com o Banco Mundial eram centradas na necessidade de investimento na educação diferenciada para os mais pobres, que seriam destinados a uma ampla formação de mão de obra barata, o movimento no contexto atual sinaliza para uma segregação mais acentuada, pois a racionalidade dominante entende que escola, como *lócus* de socialização do conhecimento historicamente acumulado pelo homem, deve ser para poucos, uma vez que não há empregos para todos/as na sociedade do conhecimento.

A produção “**A implantação do menorismo na América Latina no início do século XX: tendências jurídicas e políticas para a contenção dos mais pobres**” da autora Maria Nilvane Zanella tem como objetivo analisar a influência dos Estados Unidos da América (EUA) na produção jurídica para a área da infância no fim do século XIX, início do século XX. O artigo se detém aos motivos históricos, sociais, políticos e ideológicos que fundamentaram o menorismo nos países latino-americanos como uma política de separação de crianças e adolescentes do cumprimento da pena com os adultos. Os resultados expressam que houve um alinhamento jurídico adotado por países como Argentina, Chile, Uruguai, México e Brasil no tocante à elaboração de políticas de proteção para crianças, adolescentes e jovens e que esse processo foi influenciado, diretamente, pelos EUA.

“**As políticas de educação e cuidados na primeira infância para a América Latina: intencionalidades e encaminhamentos na proposta da Unesco**” é o trabalho de autoria de Camila Maria Bortot e Angela Mara de Barros Lara. A pesquisa analisa as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, destinadas para as perspectivas de políticas voltadas para a Educação e Cuidados na Primeira Infância (ECPI) nos países da América Latina. A partir de uma pesquisa documental o estudo aponta que as principais intencionalidades previstas nas diretrizes são: a educação escolar dos anos finais da Educação Infantil como preparatória ao ensino fundamental e o cuidado por vias não formais para a educação de zero a três anos, com medidas focalizadas, intergenciais, intersetoriais e com parcerias com a iniciativa privada. Essas tendências expressam uma característica assistencial para a educação na primeira infância, distante da perspectiva do direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Os autores Jefferson Carriello do Carmo e Fernando Silveira Melo Plentz Miranda na investigação “**O lobby da confederação nacional da indústria na educação profissional brasileira**” identificam os objetivos dos empresários brasileiros quando fazem *lobby* no Congresso Nacional e os seus desdobramentos para a educação profissional no período da nova república. Os resultados oriundos de análise documental apontam uma série de práticas empresariais processadas, por meio de um conjunto de inovações, que passam pelo campo econômico, político e educacional, cuja finalidade é constituir novas formas de consenso hegemônico no Brasil, mediante defesa dos interesses de determinados grupos mais influentes e organizados sendo exercido junto aos Governos por práticas do *lobby*.

A pesquisa intitulada “**Políticas para a educação profissional e tecnológica no Brasil (2003-2017)**” de Fábio Mamoré Conde e Regina Tereza Cestari de Oliveira analisa a

materialização das políticas destinadas à educação profissional e tecnológica no Brasil no período de 2003 a 2017. Após análise documental, os dados apontam para a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, abarcando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o que assegurou o aumento de vagas e de matriculados nas Instituições da Rede Federal. Contudo, o movimento de crescimento se interrompe a partir do ano 2015, com a diminuição acentuada nos anos de 2016 e 2017. Esse quadro impacta, diretamente, a garantia do direito à educação profissional e tecnológica aos cidadãos brasileiros.

“As formas de privatização no Brasil e no Chile e as implicações para a democratização da educação pública” consiste no trabalho de autoria de Alejandra Falabella; Daniela de Oliveira Pires e Vera Maria Vidal Peroni. O artigo apresenta elementos para o debate sobre as formas de implementação dos processos de privatização no Brasil e no Chile e os desdobramentos para a democratização da educação pública. O período delimitado para análise corresponde ao fim dos estágios ditatoriais dos dois países. Em que pese as especificidades da realidade de Brasil e Chile, a investigação buscou constatar as diferenças nos processos de privatização da educação básica, bem como os desafios e perspectivas no fortalecimento do papel do estado na promoção da educação pública, considerando o nível de amadurecimento democrático e o fortalecimento das estratégias privatizantes.

O estudo denominado **“Internacionalização dos sistemas de avaliação: evidências de Brasil e Chile”** dos autores Fabiano Antonio dos Santos e María Teresa Flórez Petour pressupõe a existência de uma agenda internacional para a educação, promovida pelas Organizações Internacionais, a partir da qual se promove a institucionalização e a expansão de sistemas de avaliação da qualidade da educação. Com a delimitação das realidades de Brasil e Chile, centralizou-se a análise no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, no Brasil, e no Sistema de Medição da Qualidade da Educação, no Chile. Os resultados identificaram a presença de estratégias ideológico-discursivas comuns entre as Organizações Internacionais e as elites políticas dos dois países, o que reforça a legitimidade e naturalização dos sistemas de avaliação da qualidade, assim como do contexto político em que se inserem, apagando de sua textualidade possíveis resistências e discursos alternativos.

“Tensões e desafios na formação de pesquisadores em ciências sociais e humanas” é o trabalho de autoria de Lucas Krotsch e Martín Aiello. A pesquisa problematiza as dimensões dos espaços para a formação de pesquisadores nas ciências sociais e humanas na Argentina, com o foco na pós-graduação. A análise evidencia as tensões referentes à cobrança

de uma pós-graduação mais produtiva em termos de resultados, propostas curriculares e estratégias didáticas. Nesse sentido, esse movimento tem afetado, principalmente, as ciências sociais e humanas, uma vez que induz trabalhos que podem carecer de qualidade no tocante ao amadurecimento teórico, epistemológico e metodológico.

Adriana Carla Teixeira da Costa Brito, Ana Karoliny Teixeira da Costa e Vera Luci de Almeida abordam a “**Gestão universitária: políticas comparadas de monitoramento do Programa de Bolsa Permanência em universidades federais brasileiras**”. Trata-se de um estudo sobre os instrumentos monitoramento e avaliação do referido programa em cinco universidades federais brasileiras, que foram selecionadas com base na análise de dados obtidos em auditorias da Controladoria Geral da União (CGU), nos quais apontam a presença de tais instrumentos somente nessas universidades. As autoras constataram que as instituições pesquisadas desenvolvem a política de monitoramento das ações de Assistência Estudantil, que prevê, além da execução de monitoramento e avaliação do programa, a obtenção de informações durante o processo, com vistas a possibilitar possíveis ajustes da política local de forma imediata.

O conjunto de artigos apresentados aborda uma multiplicidade de temáticas a partir de diferentes enfoques teórico-metodológicos. Assim sendo, buscamos agrupar os textos com temas próximos, de modo a indicar aproximações e diferenças sobre as políticas públicas e gestão educacional na América Latina. A riqueza de abordagens e análises expressa um trabalho árduo e coletivo para ampliação do campo de investigação, o que permite assegurar um material que, certamente, irá subsidiar pesquisas e ações futuras quanto à internacionalização da educação, principalmente, no contexto do continente.

REFERÊNCIAS

SCAFF, E. A. S.; SOUZA, K. R.; PAXE, I. Implicações da Nova Gestão Pública para a Educação: Análise Comparativa entre Brasil e Angola. **Archivos analíticos de políticas educativas/Education Policy analisis archives**, v. 26, p. 1-32, 2018.

Como referenciar este artigo

SOUZA, K. R.; SCAFF, E. A. da S.; KERBAUY, M. T. M. Políticas e gestão educacional na América Latina. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 3, p. 1613-1620, out., 2019. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.3.12751

Submetido em: 10/03/2019 **Aprovado em:** 10/06/2019 **Publicado em:** 30/08/2019